



33166185



08006.000740/2023-01

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Decisão nº 5/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

ASSUNTO: Interposição de Recurso Administrativo**PREGÃO ELETRÔNICO 90012/2025****DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO****Recorrente:** CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ: 07.171.299/0001-96**Recorrida:** POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 que tem o escopo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com remuneração mensal fixa, condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos, conforme quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviço, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DO RELATÓRIO

2.1. Após o transcurso da fase interna do Processo Administrativo nº 08006.000740/2023-01, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668) foi publicado, com sessão pública marcada para o dia 29 de agosto de 2025, às 9h. Igualmente, foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (32672923), no Diário Oficial da União, no dia 15 de agosto de 2025, (32671630), em jornal de grande circulação (32672000) e devidamente publicado no [sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP](#). (32672847).

2.2. Durante a fase externa, foram apresentados 8 (oito) Pedidos de Esclarecimentos, que foram devidamente divulgados no sistema do Pregão Eletrônico e no Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2.3. No dia e horário marcado foi aberta a sessão pública do PE nº 90012/2025. Concluída a fase de lances, seguindo a ordem classificatória (32840239), procedeu-se à negociação dos valores, a qual restou frutada, em seguida houve a convocação da primeira colocada para envio de sua proposta atualizada e demais documentos, o que fez dentro do prazo estipulado.

2.4. A licitante CODEVELOP SOLUTIONS LTDA, CNPJ nº 51.412.510/0001-07, enviou os documentos, a saber: Licitação: Proposta Comercial (32846650) e Documentos de Habilitação (32846658).

2.5. De posse dos documentos o setor demandante produziu a Nota Técnica nº 28/2025 (32847097) informando que a empresa CODEVELOP SOLUTIONS LTDA, CNPJ nº 51.412.510/0001-07 não atendeu aos requisitos de habilitação técnica exigidos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025.

2.6. Desse modo, a licitante foi desclassificada do certame e convocada a segunda empresa, conforme a lista de classificação.

2.7. Com efeito, no dia 02/09/2025, após a negociação que restou frustrada, foi convocada a licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, a qual encaminhou a Proposta Comercial (32882207) e Documentos de Habilitação, conforme volume XIII e XIV, dos autos. Ademais, cumpre informar que foram juntados aos autos o SICAF e demais certidões da empresa sob o SEI nº (32873279).

2.8. O setor demandante, com a Nota Técnica nº 31/2025 (32883270), analisou os documentos de habilitação e entendeu pela necessidade de promoção de pedido de diligência para instruir / complementar a instrução processual com relação ao atendimentos dos requisitos técnicos exigidos no Edital de licitação.

2.9. Destarte, a licitante enviou os documentos, no dia 10 de setembro de 2025, os quais foram juntados, no sistema e carreado aos autos, a resposta ao Pedido de Diligência nº 01 (32982898) e os Documentos da Resposta (32983170).

2.10. Para tanto, o setor requisitante com a Nota Técnica nº 35/2025 (32983211) analisou os documentos apresentados no Pedido de Diligência nº 01 e solicitou a apresentação de novos esclarecimentos para a instrução do processo administrativo.

2.11. Assim, foi aberto o Pedido de Diligência nº 02 (33011301). A licitante enviou a resposta ao pedido de diligência com os seguintes documentos: Resposta ao Pedido de diligência nº 02 (33020198), Documentos Resposta ao Pedido de diligência nº 02 (33020216), E-mail (33020269) e o Documento do TJDFT (33020291).

2.12. Em ato contínuo, os presentes autos foram encaminhados ao setor requisitante, para análise e manifestação, ocasião em que produziu as Nota Técnica nº 32/2025 (32884861) e Nota Técnica nº 36/2025 (33020651) entendendo pela exequibilidade da proposta comercial da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, resultando na sua aceitação e constatou o preenchimento dos requisitos dos atestados de capacidade técnica exigidos no Edital.

2.13. Nesse sentido, com relação a exequibilidade de preços, o setor técnico entendeu que a licitantes atendeu os requisitos dispostos no Edital, sendo dessa forma registrado:

Diante do exposto, após análise dos documentos apresentados pela empresa POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A. (32882207), para avaliação da proposta comercial, verifica-se que, conforme a tabela do item 5.2 desta Nota Técnica, os requisitos previstos no Termo de Referência foram atendidos.

Assim, sob o ponto de vista técnico, conclui-se que a licitante atendeu aos requisitos para apresentação da proposta comercial e planilhas de formação de preços do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), especificamente no que se refere à seção 9.7 - Análise da Exequibilidade da Proposta e ao item 4.25.

2.14. Sobre a Qualificação Técnica da empresa concluiu pelo atendimento da qualificação técnica, conforme a seguir:

2.15. Assim, sob o ponto de vista técnico, conclui-se que a licitante atendeu aos requisitos de habilitação técnica previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), especificamente no que se refere à seção 9.6 - Qualificação Técnica.

2.16. O pregoeiro com a Nota Técnica nº 86/2025 (32893938) entendeu pela aceitação da proposta comercial e habilitação da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21.

2.17. Haja vista a habilitação da licitante foi aberto o prazo para a manifestação da intenção em recorrer.

2.18. Por fim, foi juntado aos autos o Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (33059213)

2.19. É o relatório.

3. DA INTERPOSIÇÃO DA INTENÇÃO DE RECURSO

3.1. Após a concessão do prazo para o registro da intenção de recorrer, foram apresentadas a intenções de recurso (33059299) sendo estabelecido automaticamente pelo sistema até o dia 22/09/2025 para as razões de recurso, disponibilizando o interregno de 3 (três) dias, e as contrarrazões com o prazo até 25/09/2025, pelo período dos mesmos 3 (três) dias.

3.2. A recorrente G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - CNPJ: 07.094.346/0001-45 registrou no sistema a desistência da apresentação de recurso Administrativo (33101811).

3.3. No dia 22/09/2025 as licitantes CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ: 07.171.299/0001-96 (33113996) e INTEROP INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 86.703.337/0001-08 (33118070), inseriram no sistema as razões do recurso.

3.4. Desse modo, no dia 25/09/2025 a licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21 apresentou as contrarrazões de recurso, conforme SEI (33165835 e 33165905).

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A licitante CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ: 07.171.299/0001-96 (33113996) apresentou as razões do recurso consubstanciada nos seguintes pontos:

4.2. Alega que houve tratamento favorecido a empresa licitante declarada vencedora, uma vez que a licitante pudesse juntar novos documentos não apresentados no momento da habilitação e que criaram situações que não existiam ao tempo do certame, o pregoeiro beneficiou a empresa violando os princípios básicos como o da isonomia entre os licitantes e transparência nas contratações públicas da lei de licitações.

4.3. Ademais, insurge se contra a nova documentação emitida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, haja vista que o documento não se reveste de natureza jurídica de Atestado de Capacidade Técnica, pois sem qualquer referência a eventual atestado anteriormente emitido, configurando-se, portanto, documento extemporâneo e inidôneo para os fins exigidos. Menciona que o novo documentos aceito, na fase de diligência, não está assinado o que configura sua inidoneidade.

4.4. Continua relatando que a aceitação de documentos produzidos ou juntados em momento posterior à data da sessão pública do certame configura manifesta afronta ao princípio da isonomia, uma vez que outros potenciais licitantes, que não dispunham de documentação comprobatória à época, foram afastados do certame, ao passo que à POSITIVO foi concedido tratamento favorecido, em patente desequilíbrio competitivo

4.5. O Recorrente diz sobre a insuficiência da documentação apresentada na fase de habilitação, para tanto, relata que a operação de M&A, fusões, aquisições e reorganização societária, onde empresas pertencentes aos mesmo grupo emitem atestados de capacidade técnica entre si, como é o caso da ENGESET.

4.6. Ressalta que o MJSP ignorando importante análise documental verifica-se que, mesmo antes da abertura da fase de diligência, a empresa POSITIVO S+ apresentou, com a finalidade de comprovação dos requisitos de habilitação técnica previstos nos subitens do Edital um documento emitido pela empresa Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., datado de 06/11/2024.

4.7. Relata que há impropriedade processual na apresentação, pela empresa POSITIVO S+, de mera declaração destinada a outro órgão (Defensoria Pública da União) que não guarda qualquer relação com o objeto licitado pelo MJSP. Tal documento não pode ser considerado hábil para comprovar a experiência técnica exigida, configurando tentativa de utilizar peça estranha ao certame para suprir exigência editalícia.

4.8. Aduz que a interpretação jurisprudencial do art. 64 da Lei 14.133/2021, mormente pelo conhecido e festejado acórdão do TCU 1211/202, foi utilizada pelo MJSP diametralmente oposta ao que deve ser observado, quanto a inteligência do dispositivo legal citado, pois o acórdão confirma que há vedação a juntada de documento ou documentação que deveria constar originalmente da proposta ou habitação. Resta bastante claro que a atitude do Sr. Pregoeiro afrontou o dispositivo legal e jurisprudencial criando verdadeira “legislação” própria em benefício da empresa POSITIVO S+.

4.9. Informa sobre a conduta processual e da violação ao princípio da boa-fé dotada pela POSITIVO S+ acaba por postergar o andamento regular do certame, o que pode soar como tentativa de protelar os atos do certame para que haja tempo hábil para regularizar, de forma indevida, sua documentação técnica. Continua dizendo que "o comportamento do agente público merece atenção, pois, diante de irregularidade verificada, não foram adotadas as providências cabíveis. Ressalte-se, ademais, que houve extrapolação dos limites da função do pregoeiro ao apreciar o conteúdo de documentos de natureza estritamente técnica, o que resultou em benefício à POSITIVO S+. Essa postura desconsiderou elementos que poderiam indicar inconsistências relevantes na documentação apresentada, configurando falha grave passível de questionamento à luz da legislação aplicável."

4.10. Argumenta que houve o descumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, tal declaração não é corroborada pela CERTIDÃO que comprova os “cargos reservados para PCD’s” no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.11. Nesse sentido, em conclusão requer: "seja julgado integralmente procedente o recurso administrativo para reformar a decisão da douta comissão de licitações, desclassificando/inabilitando a empresa POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI pela incapacidade técnica demonstrada e exigida pelo do edital. 67. Com a desclassificação/inabilitação da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI o prosseguimento do Certame, convocando a próxima mais bem colocada para apresentar proposta e documentos de habilitação."

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. No prazo estabelecido sistemicamente, a saber: dia 25/09/2025, a Recorrida inseriu as contrarrrazões (33165835), nesses termos subscrita:

5.2. A rigor, informa que Ministério da Justiça procedeu com plena lisura e permeado pela legalidade na condução do presente procedimento licitatório, inclusive com o crivo do Egrégio Tribunal de Contas da União – TCU. Continua relatando que a condução do processo licitatório em epígrafe ocorreu em consonância com as regras estabelecidas na legislação que regula o tema, sendo que a decisão levada a termo por esta respeitosa Comissão é irretocável, onde houve a prevalência da legalidade e isonomia esperadas quando da competição por uma proposta capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Pública, merecendo ser mantida a habilitação da empresa POSITIVO S+.

5.3. Relata ainda que a equipe técnica do Ministério agiu com total cautela na diligência referente ao Atestado do TJDFT, sendo que embora desprovido de assinatura eletrônica verificou, por meio de consulta pública ao sistema SEI do TJDFT, inclusive apontando o dia e horário, que o atestado havido sido encaminhado para assinatura da gestora substituta do contrato, conforme despacho registrado no SEI TJDFT nº 4666198. E, ainda, consta na Nota Técnica nº 36/2025 a imagem que confirma a diligência promovida.

5.4. Afirma que a avaliação do Atestado do TJDFT apresentado pela POSITIVO S+ foi objeto de cuidadosa análise do MJSP, contrariamente ao alegado pela Recorrente. Não há como conferir qualquer credibilidade à alegação da CENTRAL IT, visto que sequer avaliou os documentos emitidos pela Comissão de Licitação e expressa unicamente a insatisfação com a perda de mais um contrato com ataques ao Órgão utilizando alegações contrárias à realidade dos fatos contidos nos documentos elaborados pela servidores públicos.

5.5. Desse modo, traz a seguinte afirmação de que a Comissão de Licitação relacionou os documentos constantes no processo SEI TJDFT nº 0034422/2025, referente à emissão do atestado de capacidade técnica no âmbito do contrato administrativo TJDFT nº 26/2021, e verificou que o Atestado – que atende a todos os requisitos do item 9.6.7.2 do Termo de Referência – foi devidamente assinado pela responsável técnica do contrato, sendo que concluiu que a POSITIVO S+ logrou êxito na comprovação da efetiva prestação de serviços de rede GPON.

5.6. Ainda, em consonância com a legislação vigente e entendimento do TCU, apesar de ter sido disponibilizado após a data da abertura do certame, o Atestado do TJDFT foi devidamente aceito para fins de comprovação da qualificação técnica da Recorrida, visto que comprova a execução dos serviços desde 27/04/2021. Ou seja, o documento apenas comprova condição pré-existente à abertura do certame, conforme autorizado pelo Acórdão 1.211/2021 do TCU.

5.7. Assim, resta claro que a realização de diligências no presente processo licitatório teve por finalidade assegurar a correta instrução e a plena verificação dos requisitos de habilitação técnica apresentados, em estrita observância ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública. Tal prerrogativa não configura flexibilização indevida das exigências editalícias, mas sim medida de prudência administrativa para garantir a isonomia e a competitividade, bem como

assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

5.8. A Recorrente questiona a habilitação da POSITIVO S+, onde aponta quantidade significativa de cisões parciais entre empresas com documentos que descrevem a passagem do patrimônio e alega não ser possível afirmar que a atual empresa POSITIVO S+ detenha todos os direitos sobre os acervos técnicos das empresas envolvidas nas operações de M&A, citando a empresa ENGESET. Para tanto conclui que o atestado emitido para a ENGESET foi desconsiderado pelo MJSP.

5.9. Da mesma forma, os atestados emitidos pela Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. e pela Defensoria Pública da União sequer foram admitidos pela Área Requisitante e aceita a desconsideração por parte da Comissão de Licitação.

5.10. Esclarece ser é evidente que, para uma contratação de tamanho porte e especialização, foi exigida uma habilitação técnica robusta sendo que, para a devida comprovação dos 31 (trinta e um) itens, a Recorrida apresentou uma vasta quantidade de documentos que, por fim, comprovaram a sua qualificada técnica para a execução dos serviços ora contratados.

5.11. Quanto ao alegado descumprimento da exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, novamente sem qualquer fundamento! A CENTRAL IT considera uma Certidão emitida no dia 20/09/2025 quase 30 (dias) após a data de abertura do Pregão e faz supor que tal Certidão deve ser considerada. Mais um ponto de simples entendimento que a Recorrente desconsidera apenas para insultar a atuação do r. Pregoeiro e desqualificar a habilitação da Recorrida.

5.12. Nos termos dos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação é a fase em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação sendo que, nessa fase é exigido que os licitantes apresentem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

5.13. O art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 exige apenas a declaração de cumprimento das reservas de cargos e não a apresentação de certidão do MTE ou comprovação imediata do percentual. Em recentíssima decisão, o TCU no Acórdão 523/2025 – Plenário, decidiu expressamente que a certidão do MTE não é suficiente, por si só, para inabilitar a licitante, pois a autodeclaração goza de presunção de veracidade e o quadro de empregados é dinâmico. A decisão do TCU reconhece que as certidões do MTE podem mostrar percentuais ora superiores, ora inferiores, em razão de admissões e desligamentos. Assim, eventual desenquadramento momentâneo não configura descumprimento nem falsidade.

5.14. Inclusive, é possível verificar que, em momentos distintos e em curto espaço de tempo, a Recorrida apresentou quantidade inferior e superior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o que comprova um desenquadramento momentâneo diante da dinamicidade da situação que utiliza informações semanais prestadas pela empresa a respeito do seu quadro de colaboradores.

5.15. Ademais, quando da abertura do certame, o r. Pregoeiro avaliou a documentação da Recorrida e confirmou que a Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria de Inspeção do Trabalho, documento de nº 32873279 do processo de contratação, informa que a Recorrida emprega pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número IGUAL ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, nos termos verificado pelo pregoeiro, conforme constou na Nota Técnica nº 86/2025. Assim, esse item foi atendido pela empresa.

5.16. Em conclusão requer: declarar a empresa POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A. como vencedora da disputa, requer-se pelo não provimento do recurso apresentado pela empresa CENTRAL IT, sendo mantida inalterada a decisão administrativa proferida.

6. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

6.1. As razões de recurso apresentadas pelas empresas CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ: 07.171.299/0001-96 (33113996) e INTEROP INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 86.703.337/0001-08 (33118070) foram devidamente inseridas no prazo estabelecido.

6.2. A licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21 apresentou as contrarrazões de recurso, acostou as contrarrazões, consoante consta do documento juntado ao processo eletrônico (33165835 e 33165905).

6.3. Com fulcro no artigo 56 da Lei n.º 9784, de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade das razões recursais:

6.4. Da Legitimidade: o artigo 58, inciso IV da Lei n.º 9784/1999 afirma que têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos. Desse modo, atesta-se a presença da legitimidade para interposição do recurso administrativo, uma vez que se trata de licitante participante do presente pregão eletrônico.

6.5. Da Competência: constata-se que no bojo das razões recursais foi observado o endereçamento para órgão ou autoridade condutora do certame, conforme promana o artigo 56, § 1º da lei do processo administrativo;

6.6. Do Interesse: há o interesse em recorrer, o que constitui o requisito extrínseco do ato recursal;

6.7. Da Motivação: foram devidamente apresentados as razões e fundamentos para o recurso administrativo; e

6.8. Da Tempestividade: cumpre consignar que o pedido foi apresentado tempestivamente e na forma exigida, nos termos do artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021.

7. DA ÁREA TÉCNICA

7.1. O setor requisitante, no decorrer da licitação, produziu as Nota Técnica nº 31/2025 (32883270), Nota Técnica nº 32/2025 (32884861), Nota Técnica nº 35/2025 (32983211) e Nota Técnica nº 36/2025 (33020651) sobre a exequibilidade da Proposta Comercial e qualificação técnica da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21.

7.2. A análise foi feita com base na seção 9.6 - Qualificação Técnica do Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão nº 90012/2025, (32641668):

"9.6 Qualificação Técnica

9.6.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme os modelos do ANEXO I.G - MODELO DE COMPROVANTE DE VISTORIA E TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, do presente Termo de Referência da Contratação;

9.6.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.6.3 As licitantes deverão apresentar uma lista de verificação em planilha, informando o atendimento de cada atestado (conforme numeração de atestados) com o documento comprobatório correspondente - ANEXO I.P - LISTA DE VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.6.4 Todos os documentos apresentados poderão ser alvo de diligência por parte da LICITANTE, sendo desclassificado o licitante que apresentar documentação falsa ou incompleta, estando sujeito, ainda, às penalidades previstas em lei.

9.6.5 Qualquer requisito presente neste termo de referência e seus anexos, inclusive os de caráter técnico da solução a ser ofertada, poderão ser alvo de diligência por parte da LICITANTE, devendo o licitante, quando cabível, apresentar as informações requeridas para fins de comprovação do item diligenciado.

9.6.6 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.7 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.6.7.1 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Direito Privado, no qual se comprove que a LICITANTE tem capacidade para atender a demanda decorrente da contratação objeto desta licitação, bem como experiência no fornecimento, na logística e na prestação de serviços e/ou entrega de bens que compõem o objeto do certame.

9.6.7.2 O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter:

9.6.7.2.1 Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;

9.6.7.2.2 Razão Social da LICITANTE;

9.6.7.2.3 Número e vigência do contrato;

9.6.7.2.4 Objeto do contrato;

9.6.7.2.5 Descrição do trabalho realizado;

9.6.7.2.6 Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;

9.6.7.2.7 Local e Data de Emissão;

9.6.7.2.8 Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);

9.6.7.2.9 Assinatura do responsável pela emissão do atestado; e

9.6.7.2.10 Devem ser originais ou cópias autenticadas legíveis.

9.6.7.3. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

9.6.7.3.1 Caso as informações requeridas não constem nos atestados de capacidade técnica, o MJSP poderá obtê-las por meio de diligências junto às instituições fornecedoras dos atestados.

9.6.7.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.6.7.5 A licitante deverá apresentar Declaração ou Atestado de Capacidade Técnico- Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou tem prestado, satisfatoriamente, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), para os seguintes itens:

9.6.7.5.1 Atestado (s) de Capacidade Técnica que comprovem experiência nos serviços de atendimento presencial e remoto a usuários de TI, e de suporte remoto a estações de trabalho entre desktops, notebooks visando a solução de dúvidas dos usuários, de incidentes e problemas de software e hardware, através de chamados ou ordens de serviço, para, no mínimo, 2500 usuários e 2000 estações de trabalho;

9.6.7.5.2 Atestado (s) de Capacidade Técnica que comprove o atendimento de 20000 chamados (anual) em serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC);

9.6.7.5.3 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na realização de implementação e integração de barramentos de serviços utilizando a integração do ITSM com pelo menos 3 (três) canais (URA / Chatbot / E-mail ou mensageria mobile a exemplo de Telegram, Whatsapp, Teams);

9.6.7.5.4 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na implantação e gerenciamento de Ferramenta de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação (ITSM);

9.6.7.5.5 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na implantação, sustentação e operação assistida de automação de processos de infraestrutura/serviços de TI;

9.6.7.5.6 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na implantação e manutenção de painéis/dashboards com o objetivo de transparência e visibilidade da infraestrutura de TI;

9.6.7.5.7 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de suporte técnico em servidores de aplicações, servidores de arquivos e servidores de correio eletrônico, com, no mínimo, 200 servidores;

9.6.7.5.8 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de Administração de Correio Eletrônico MS Exchange, com, no mínimo, 2500 caixas postais;

9.6.7.5.9 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de instalação, configuração, sustentação e suporte a servidores, configurados com os dois sistemas operacionais de baixa plataforma: Microsoft Windows Server e Linux;

9.6.7.5.10 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de gerenciamento de virtualização a máquina virtuais, com, no mínimo, 300 máquinas virtuais;

9.6.7.5.11 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de administração de diretório utilizando autenticação e gerenciamento de acessos e serviço utilizando Microsoft Active Directory ou Open LDAP, com, no mínimo, 2500 contas de usuários;

9.6.7.5.12 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência nos serviços de administração de servidores e serviços de rede e diretório, DNS e DHCP.

9.6.7.5.13 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na instalação, configuração, monitoramento, suporte e

sustentação de Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados relacionais e não relacionais (Ex: SQL Server, MySQL, PostgreSQL, Oracle, MongoDB, Couchdb);

9.6.7.5.14 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência no gerenciamento de ativos de rede, incluindo switches e roteadores, e pontos de acesso de redes sem fio com controladora, contendo software de gestão de ativos de redes, com, no mínimo, 100 switches, 3 roteadores e 100 pontos de acesso de rede sem fio;

9.6.7.5.15 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração e gerenciamento de switches com arquitetura spine-leaf;

9.6.7.5.16 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração e gerenciamento de redes do tipo GPON;

9.6.7.5.17 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência com suporte, configuração, administração e operacionalização de ferramentas de gerenciamento de backup;

9.6.7.5.18 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração de firewalls, em redes com no mínimo 2000 estações de trabalho e utilizando pelo menos dois clusters de firewalls;

9.6.7.5.19 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência em implantação, administração e operação de soluções de controle de código malicioso e administração, configuração e sustentação a redes em ambientes computacionais gerenciáveis;

9.6.7.5.20 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem administração, configuração e sustentação de solução de armazenamento corporativa (storage) em ambiente computacional constituído de SAN (Storage Área Network) e por Storage Fibre Channel;

9.6.7.5.21 Atestado referente à Sustentação de ambientes de TIC sob modelo híbrido (On-premises & Nuvem), incluindo Administração, sustentação, manutenção, implementação, configuração, customização e operação diária de ambiente produtivo de infraestrutura de TIC – em instalações físicas (on-premises) ou instalações em nuvem pública, incluindo minimamente os serviços e tecnologias relacionados a seguir:

9.6.7.5.21.1 Serviços de Diretório;

9.6.7.5.21.2 Servidores e Respetivos Sistemas Operacionais;

9.6.7.5.21.3 Rede de Dados e Comunicações;

9.6.7.5.21.4 Banco de Dados;

9.6.7.5.21.5 Serviços de Mensageria;

9.6.7.5.21.6 Segurança da Informação;

9.6.7.5.21.7 Armazenamento Corporativo de Dados;

9.6.7.5.21.8 Ambiente/Serviços Virtualizados.

9.6.7.5.22 Atestado (s) de Capacidade Técnica que comprovem Administração, configuração e sustentação de: filtro de conteúdo web; Sistema de Prevenção a Intrusão - IPS; acesso remoto e VPN; Next Generation Firewall (NGFW);

9.6.7.5.23 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na implantação, gestão e administração de aplicações, construída utilizando práticas DevOps e DevSecOps implementando método de integração contínua e deployment contínuo (CI/CD);

9.6.7.5.24 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência em implantação de esteira DevOps e DevSecOps, contemplando as seguintes atividades:

9.6.7.5.24.1 Implantação de solução para gerenciamento e orquestração automática de máquinas virtuais e gerenciamento de containers;

9.6.7.5.24.2 Execução de práticas DevOps e DevSecOps com implantação de esteira DevOps, elaboração de planejamento, análise, implantação, suporte, monitoramento de ambiente orquestrado;

9.6.7.5.24.3 Implantação e administração em servidores de aplicação (Jboss ou WILDFLY ou outro similar), comprovando atividades de atualização e deploy em ambientes de produção;

9.6.7.5.24.4 Sustentação de esteira DevOps em ambiente cloud utilizando clusters.

9.6.7.5.25 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na implementação, configuração e administração de ambiente de contêineres/Kubernetes;

9.6.7.5.26 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração de ambiente em nuvem pública Microsoft Azure e Oracle Cloud Infrastructure (OCI);

9.6.7.5.27 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração de soluções de web application firewalls (WAF);

9.6.7.5.28 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração de soluções de balanceamento de carga;

9.6.7.5.29 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem a implantação de no mínimo 4 (quatro) das seguintes práticas ITIL:

9.6.7.5.29.1 Gerenciamento de Configuração do Serviço | CON — Configuration Management;

9.6.7.5.29.2 Gerenciamento/Habilitação de Mudanças | CHG — Change Management;

9.6.7.5.29.3 Gerenciamento do Conhecimento | KM — Knowledge Management;

9.6.7.5.29.4 Gerenciamento do Catálogo de Serviços (inclui “Portal de Serviços e Autoatendimento”) | SCA — Service Catalog Management;

9.6.7.5.29.5 Gerenciamento de Requisição de Serviços (inclui “Atendimento por Chatbot e Chat Online”) | RM — Request Management;

9.6.7.5.29.6 Gerenciamento de Incidentes | IM — Incident Management;

9.6.7.5.29.7 Gerenciamento de Ativos de TI | AM — IT Asset Management;

9.6.7.5.29.8 Gerenciamento de Problemas | PM — Problem Management. 54 de 61

9.6.7.5.30 Implantação, administração, sustentação, manutenção e monitoramento do escopo desta contratação e serviços em ambiente produtivo através de rotinas e atuação diária, em regime de no mínimo 24 x 7 x 365 estruturada em Centro de Operação de Rede (NOC), seguindo processos e práticas ITIL v3 ou superior, com disponibilidade média alcançada superior a 98%;

9.6.7.5.31 Prestação de serviços caracterizados como projetos, planejados, orientados e executados sob a Metodologia de Gestão de Projetos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (MGP-SISP) ou equivalente, em ambiente corporativo de TIC com pelo menos 2000 estações de trabalho, 30 servidores físicos e 300 servidores virtuais, em ambiente on-premises e em nuvem.

9.6.7.6 Todos os quantitativos solicitados nos subitens do item 9.6.7.5 correspondem a menos de 50% do volume total de serviços e do ambiente atual do CONTRATANTE, contemplando, contudo, as características de maior relevância para a adequada prestação dos serviços.

9.6.7.6.1 Não será admitida a participação de cooperativas, conforme item 9.8 deste Termo de Referência.

9.6.8 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.6.9 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.10 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos."

7.3. Desse modo, com fundamento no entendimento da área requisitante assim registrado, Nota Técnica nº 36/2025 (33020651), entendeu: "sob o ponto de vista técnico, conclui-se que a licitante atendeu aos requisitos de habilitação técnica

previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), especificamente no que se refere à seção 9.6 - Qualificação Técnica." constata preenchimento dos requisitos do Edital.

8. DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO INTERREGNO DA FASE RECURSAL

8.1. Tendo em vista, a alteração da situação da licitante recorrida, em sede de recurso, com relação a habilitação, em um possível descumprimento do artigo 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com arrimo na Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, sobre a reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, que se modificou de Igual para Inferior o pregoeiro solicitou a manifestação da licitante habilitada.

8.2. Com efeito, durante da fase de cadastramento da proposta, para a presente licitação, foi apresentado o Pedido de Esclarecimento nº 08 (32803612) e a resposta ao pedido (32809312) e (32815929), o qual ficou assim adscrito:

PERGUNTA 1: Entendemos que o cumprimento das obrigações estabelecidas no item 3.4.4, que exige que os serviços sejam prestados por empresas que comprovem a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é essencial para a habilitação no presente certame. Além disso, conforme o item 3.4.4, que trata da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, é fundamental que as empresas atendam a essas exigências para garantir não apenas a conformidade legal, mas também a promoção da inclusão e da responsabilidade social. Assim, conforme descrito no item 3.6, a falsidade da declaração de que tratam os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital. Entendemos ainda que aquelas empresas que não atenderem a tais requisitos serão desclassificadas, comprometendo sua participação no processo licitatório. Poderiam, por gentileza, confirmar essa interpretação e a aplicação rigorosa desses critérios na fase de habilitação?

RESPOSTA: A exigência de habilitação insculpida no art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 9001/2025, no item 3.4.4, com relação a reserva de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social será adotado o entendimento do recente Parecer nº 00280/2025/CGCOM - BSB/SCGP/CGU/AGU (32432535), datado de 23 de julho de 2025, promanado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o Parecer nº 00060/2024/DECOR/CGU/AGU, exarado pela Advocacia Geral da União, que em seu bojo expôs a seguinte conclusão:

"a) nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, na fase de habilitação da licitação, somente se poderá exigir do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

b) a declaração apresentada pelo licitante tem presunção de veracidade juris tantum (relativa). Se houver concomitantemente à apresentação da declaração um documento da fiscalização trabalhista que infirme o seu conteúdo, deverá prevalecer esse em detrimento daquela;

(....).

8.3. Com base nesse entendimento, outrora definido, o pregoeiro efetuou o Pedido de Diligência nº 03 (33272712) a licitante.

8.4. A empresa encaminhou a resposta (33272873) e (33272873), informando sobre a existência de uma Ação Civil Pública (que tramitou em sigilo ou segredo de justiça) tratando justamente da reserva de vaga para pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social.

Apesar de constar no portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE a informação de que emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, essa empresa possui respaldo jurisprudencial – acórdão proferido no âmbito de Ação Civil Pública, gravada de sigilo, que confirma a sentença de 1ª instância – que julgou a sua atuação e possui a seguinte ementa:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. Não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei às pessoas com deficiência ou reabilitados apenas se a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade.

Naquela oportunidade, a POSITIVO S+ (nova razão social da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A.) foi demandada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em sede de Ação Civil Pública, onde foi alegado que a empresa vinha descumprindo disposição constante do artigo 93, da Lei n.º 8213/91, ou seja, o preenchimento da cota legal de pessoas com deficiência e reabilitadas pelo INSS. Nesse contexto, foi requerido pelo MPT a condenação da POSITIVO S+ na contratação e manutenção de trabalhadores PCD conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, bem como foi requerida a aplicação de multa e dano moral coletivo, no montante total de R\$3.865.000,00.

Após a instrução da ação judicial, restou comprovada a atuação diligente da POSITIVO S+ para a contratação e manutenção de trabalhadores PCD conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, sendo que foram julgados improcedentes os pedidos requeridos pelo MPT – inclusive o valor da multa e dano moral coletivo de quase 4 milhões de reais – visto que o adimplemento da obrigação fixada depende de fatores estranhos à empresa.

8.5. Informa que teve pretensão jurisdicional favorável em Primeiro Grau. Do mesmo modo, em Duplo grau de jurisdição, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, teve êxito na causa, e, por fim, expõe:

Diante do exposto, seguem as informações e os documentos anexos que comprovam que a empresa POSITIVO S+

está amparada, por decisão judicial, de quaisquer ônus provenientes do descumprimento do preenchimento de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei, tendo em vista que restou comprovada a sua atuação diligente no recrutamento e seleção de profissionais com tais perfis. Nesse sentido, qualquer possibilidade de inabilitação da empresa por tal motivo é contrária à segurança jurídica concedida nas decisões judiciais proferidas.

9. DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA DA AGU DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

9.1. Em face da apresentação de Ação Judicial, em sede de Resposta ao do Pedido de Diligência nº 03, A Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União atuante no Ministério da Justiça e Segurança Pública foi instada a se manifestar, nos termos da Consulta Jurídica sobre o Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (33315920).

9.2. Nesse particular, foi perguntado a Consultoria Jurídica, sobre os seguintes pontos:

Diante disso, questiona-se à Douta Consultoria Jurídica:

a) A decisão judicial apresentada tem o condão de afastar os efeitos da Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para considerar a empresa POSITIVO S+ habilitada? Ou,

b) Tendo em vista que, em sede de recurso, foi verificado que a empresa POSITIVO S+ não mais atendia ao critério de habilitação, atendido à época da sua habilitação no certame, cabe sua desclassificação?

São esses os questionamentos a serem feitos.

9.3. Sobre a indagação "a" o parecerista concluiu que:

Pergunta a:

Para essa, creio que a resposta está no PARECER n. 00027/2025/CONJUR-MJSP/CGU/AGU, emitido no NUP 08084.003053/2024-97.

Indo direto ao ponto, sobre o questionamento atinente à eficácia ou não da suposta decisão neste caso, repise-se o seguinte trecho do PARECER n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU (29979841):

46. Diante da previsão constante do inciso II do art. 19 da Constituição Federal e do inciso III do art. 117 da Lei nº 8.112/1990, não podem os agentes responsáveis pelos processos licitatórios e acompanhamento da execução dos contratos públicos simplesmente desconsiderar a existência de certidão, auto de infração ou qualquer outro documento expedido pela fiscalização trabalhista que expressamente aponte o descumprimento de requisitos legais por parte da empresa licitante.

47. Nesse passo, se autuado pela fiscalização trabalhista por inobservância da disposição constante do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá providenciar a anulação ou a suspensão dos efeitos dos autos de infração, certidões ou outros documentos da fiscalização trabalhista que apontem o desatendimento da obrigação legal.

Desse modo, havendo certidão válida, sua eficácia não pode ser negada pela Administração Pública, a pretexto da existência de decisão favorável à empresa sobre o ponto, em especial considerando que sequer a decisão foi juntada aos autos.

Portanto essa decisão é irrelevante.

9.4. No que atina a inquirição da alínea "b" o Advogado da União assentou que:

Pergunta b:

A resposta é: vale a situação na época da entrega da declaração. Ou seja, o descumprimento superveniente da reserva de cargos não gera a inabilitação – sem prejuízo da obrigação da empresa de atender à reserva (e comprovar tal atendimento) enquanto obrigação contratual, sob pena de inadimplemento e eventual rescisão e aplicação de penalidades.

Explico.

A lei traz duas exigências: para a habilitação o licitante deverá preencher declaração de que cumpre a exigência legal (art. 63, IV) e durante a contratação deve comprovar, quando solicitado, o efetivo cumprimento da obrigação (art.116). A obrigação contratual é contínua, exigível permanentemente (vide a expressão “Ao longo de toda a execução do contrato” presente no início do art. 116). A exigência de habilitação é pontual: deve-se preencher a declaração. Esta sendo entregue adequadamente, o requisito é perfeito e acabado.

Nesse ponto, cabe questionar qual o papel da certidão, a qual, apesar de não estar na lei, acabou sendo inserida nos procedimentos licitatórios como costume. Esta serve para que se verifique eventual existência de declaração falsa (ou de conteúdo inverídico).

Para que não se incentive o cinismo nas licitações públicas, a declaração exigida pela lei não tem seus efeitos se tiver conteúdo falso ou que for falsificada. Se o licitante apresenta a declaração dizendo que cumpre a reserva de vagas e a obtenção de certidão comprova que essa declaração tem conteúdo inverídico, há a inabilitação não porque não foi cumprida a obrigação de manutenção da reserva legal (já que esta só existe como obrigação do contrato já firmado), mas porque a declaração, enquanto prenúncio da exigência do cumprimento dessa reserva, é falsa (intencionalmente ou não – não é o ponto) e não pode ser aceita por um imperativo de moralidade.

Tomar como razão para inabilitação o descumprimento superveniente da reserva legal significaria antecipar para a fase licitatória a obrigação contratual de cumprimento da reserva legal, o que representaria uma restrição à competitividade desnecessária e, portanto, indevida, já que nem a lei, nem o objeto contratado exigem a comprovação do cumprimento da reserva legal de vagas também “ao longo de todo o procedimento licitatório”.

Por essas razões, entende-se ser pouco relevante a mudança superveniente na situação da licitante quanto à sua declaração de cumprimento da reserva de PCD desde que, no momento da apresentação da declaração de que trata

o art. 63, inciso IV (ou, de qualquer modo, no momento da habilitação), a reserva seja obedecida e, portanto, a declaração seja verdadeira.

Em tempo: deve-se alertar de forma enfática à licitante, se for o caso, sobre a necessidade de comprovar o cumprimento da reserva legal de vagas caso logre ela vitoriosa no certame e firme contrato. Tal comprovação não poderá se limitar à mera referência a uma decisão judicial. Ou a decisão judicial traz comando dirigido ao MJSP indicando a obrigação de se desconsiderar a certidão do MTE, ou a decisão produz efeitos junto ao MTE ao ponto de que as certidões futuras venham favoráveis. A Administração Contratante não é o fórum adequado para se argumentar ou se pugnar a desconsideração de certidão emitida em outro órgão.

Atenciosamente,

10. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

10.1. Após a interposição das razões e contrarrazões do recurso, o processo administrativo veio com vista ao pregoeiro para análise e manifestação.

10.2. À guisa do prelúdio, urge explanar que todos os atos referente ao Pregão Eletrônico nº 90012/2025 foram públicos e devidamente informados nas mensagens do chat do certame, outrossim, as diligências foram solicitadas por meio do próprio sistema, para o acesso de todos os licitantes, conforme confirma o Termo de Julgamento da licitação (33059213). Ademais, os documentos que não podiam ser inseridos nos sistema ou foram enviados de outra forma, como por e-mail, foram inseridas, *pari passu*, no [sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP](#). (32672847).

10.3. Da Aceitação de Documentos após os Pedidos de Diligências:

10.4. Preambularmente, com relação as diligências, o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 prescreve o dever do Poder Público em solicitar tais medidas para corrigir ou sanar dúvidas com relação aos documentos enviados pelas licitantes, no curso do prélio licitatório, com o escopo de se buscar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim segue grafado o normativo legal:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Sem embargos, já em sede de Edital o subitem 7.15 e 7.16 trouxe o normativo referente as questões sobre a diligência:

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Em iter, a predita Cláusula posta na ribalta, demonstra haver, assim, a possibilidade de inclusão de documentos que sejam capazes de esclarecer ou complementar informações de um documento já apresentado tempestivamente pelo licitante, quando este não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no Edital. Isto posto, convém alertar que a finalidade do certame licitatório encontra-se a contratação da proposta mais vantajosa para a administração e a igualdade de oportunidades de participação dos interessados.

10.7. Para tanto, em um juízo mínimo de delibação sobre o mérito da causa, o Egrégio Tribunal de contas da União - TCU, não considera documento novo aquele que, ainda que juntado posteriormente, comprova condição preexistente à abertura da sessão pública do certame. Sob essa perspectiva, será admissível a juntada posterior de documento desde que seu conteúdo se refira à condição preexistente, conforme excerto do julgado:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).** O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua

proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Acórdão 1211/2021 - Plenário. Relator: Walton Alencar Rodrigues. Data da sessão: 26/05/2021. (Sem grifo no original))

10.8. No Acórdão, supramencionando, citando o artigo 64 da Lei de Contratações Públicas, o Tribunal de Contas da União, no voto o Relator concluiu que:

"Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação."

10.9. O julgado paradigmático demonstrou que essa tese pode ser aplicada, inclusive, para o caso de não terem sido apresentados atestados suficientes para comprovar o atendimento a requisitos de habilitação técnica. Nos termos do voto, poderiam ser admitidos *"novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação"*.

10.10. O entendimento alhures inaugurou uma série de precedentes no mesmo sentido, em que o TCU admite a realização de diligências para juntada posterior de certidões e declarações inicialmente não apresentadas (Acórdãos [2.443/2021](#), [2.528/202](#), [2568/2021](#), [2673/2021](#), [966/2022](#), [988/2022](#), [253/2023](#), [117/2024](#), todos do plenário).

10.11. Cabe trazer a lume, o recente julgado da Corte de Contas, o qual corta fundo a menor réstia de dúvida quando assevera no [Acórdão 602/2025 - Plenário, Relator Ministro Antônio Anastasia, data da sessão: 19/03/2025](#), trouxe os julgados precedente e reafirmou o entendimento da jurisprudência da corte, restando assim assentado:

(..)

10. Ademais, a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que é lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, a exemplo dos [Acórdão 966/2022-TCU-Plenário](#), relator Ministro Benjamin Zymler, e 988/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antônio Anastasia. Assim, mesmo diante da não apresentação, por parte do representante, do Balanço Patrimonial de 2023, o pregoeiro deveria ter solicitado o documento à empresa por meio de diligência, por se tratar de um documento que atestaria uma condição preexistente à data da abertura do certame.

(..)

10.12. Na linha do vetor exegético supradelineado, para o ínclito doutrinador, o professor Victor Aguiar Jardim de Amorim sobre a diligência traz o seguinte arrazoado:

"Caso a diligência promovida pelo agente de contratação resulte na produção ou encaminhamento de um documento que materialize uma situação já existente ao tempo da abertura da licitação, consoante a dicção do inciso I do art. 64 da LLCA, seria plenamente admissível a sua juntada em momento processual posterior àquele indicado para a apresentação da documentação de habilitação (art. 63, II)." (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, obra: Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021 - uma visão pragmática, Editora: Fórum, ano: 2025, página: 312).

10.13. *A fortiori ratione*, continua o alumiado escritor dizendo que: " a redação do art. 64 da LLCA positiva a compreensão de instrumentalidade da licitação já consagrada na jurisprudência dos Tribunais Superiores e da Cortes de Contas no sentido de reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e o equipare a uma "gincana" na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser.

10.14. Nesse flanco de análise, venho a talho trazer à colação os parágrafos do Parecer Jurídico, de caráter vinculante, nº 00002/2025/CNLCA/CGU/AGU, da Advocacia Geral da União, da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, que, com base nos mais abalizados articulistas e nos entendimentos da Corte de Contas, restaram grafados *in litteris*:

(...)

"8. A nova Lei nº 14.133/2021 evolui com relação à sua antecessora, vez que trouxe, em seu corpo dispositivos expressos que buscam se coadunar à jurisprudência aqui colacionada, pois, os incisos do art. 64, tratam da possibilidade de se realizar diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame.

9. Dessa forma, é razoável concluir que o legislador anuiu com a interpretação consolidada pelo c. TCU e que a norma vigente se amoldou com o entendimento de que é possível e, até mesmo, necessário que seja diligenciada a obtenção de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, ainda que não tenham sido apresentados, no momento adequado, por equívoco ou falha.

10. De fato, prestigiando o princípio do formalismo moderado e buscando alcançar o objetivo da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, deve-se admitir que circunstâncias presentes no momento indicado pelo edital para apresentação da habilitação ou proposta da licitação, mas que não foram devidamente comprovadas pelo licitante, sejam objeto de diligências com o objetivo de sanar esta omissão, sem que isso possa ser considerado ofensa ao princípio da legalidade ou da isonomia.

11. Tal faculdade se revela como verdadeira obrigação da Administração Pública, que não deverá excluir do certame o licitante que deixa de apresentar documento que ateste condição preexistente sem permitir a oportunidade de que tal lacuna seja preenchida, sob pena de se privilegiar o processo em detrimento do resultado almejado pelo legislador (seleção da proposta mais vantajosa)"

(...)

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, conclui-se pela possibilidade de a Administração realizar diligências visando a obtenção de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta que venham atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, ainda que não tenham sido apresentados, no momento adequado, por equívoco ou falha, desde que tal faculdade esteja devidamente prevista expressamente e disciplinada no instrumento convocatório que deverá estabelecer prazo para envio da documentação, bem como identificar quais situações poderão ser objeto de aferição.

(...)

10.15. De inobjetável clareza que a questão, em testilha, tratada é de condição preexistente da situação da licitante e não se referindo ao tempo dos documentos produzidos. Explico: a data de emissão de determinado documento, *de per si*, é irrelevante, uma vez que somente certifica ou informa quando o registro foi elaborado. De certo que, o contexto que deve ser levado em consideração é o conteúdo nele impregnado, ou seja: os fatos que os documentos atestam e em qual período ocorreu a execução dos serviços remetendo ao tempo pretérito para configuração de um situação já consolidada.

10.16. Ademais, mesmo que as declarações e Atestados de Capacidade Técnica tenham sido produzidos após a convocação dos documentos de habilitação a situação da licitante se reporta a fatos consolidados e preexistentes ou ocorridos anteriormente a abertura do procedimento licitatório.

10.17. Pelo quanto se disse, no ponto nevrálgico do tema em comento, configura-se plenamente possível, em sede de diligência, a aceitação de documentos, apresentados pelas licitantes, para atestar condições preexistentes à abertura da sessão pública.

10.18. Dos Documentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, apresentados no âmbito de Pedido de Diligência:

10.19. No dia 09/09/2025, o setor requisitante, com a Nota Técnica nº 31/2025 (32883270), analisou os documentos de habilitação técnica da empresa POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21 entendendo pela necessidade de promoção de pedido de diligência com o escopo de esclarecer / instruir o procedimento licitatório, conforme a seguir:

(...)

5.4. Diante do exposto, após análise dos documentos apresentados para habilitação técnica, verifica-se que, para a validação da comprovação dos requisitos de qualificação técnica dos itens 9.6.7.5.14, 9.6.7.5.15, 9.6.7.5.18, 9.6.7.5.22, 9.6.7.5.26 e 9.6.7.5.31 do Termo de Referência, torna-se necessária a realização de diligências, conforme indicado na tabela do item 5.3 desta Nota Técnica.

(...)

10.20. Com efeito, o pregoeiro, no mesmo dia, produziu o Pedido de Diligência nº 01 (32963702) solicitando a licitante o envio de resposta aos questionamentos técnicos, para tanto definiu o prazo para entrega até as 18:00 do dia 09/09/2025. A empresa solicitou prorrogação de prazo para o envio até as 18:00 do dia 10/09/2025. Entretanto, o pregoeiro concedeu o prazo e informou que iria reabrir a sessão pública, anteriormente marcada, no campo diligência para a empresa inserir os documentos (32969388). Nessa contextura, seguiu a solicitação:

"Assunto: Pedido de Diligência nº 01 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – Pregão Eletrônico nº 90012/2025.
Prezado (a) **POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21**

No interesse do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 que tem o escopo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com remuneração mensal fixa, condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos, conforme quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviço, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Com fulcro no Parecer Jurídico nº 0002/2025/CNLCA/CGU/AGU, no artigo 64, da Lei nº 14.133/2021 e no item 7.15 do edital, após análise preliminar da documentação de habilitação, inferiu-se a necessidade de promoção de diligência, a fim de esclarecer/complementar a instrução processual.

Desse modo, o setor demandante analisou os documentos apresentados e confeccionou a Nota Técnica nº 31/2025 solicitando o pedido de diligência, nos seguintes termos:

"5.4. Diante do exposto, após análise dos documentos apresentados para habilitação técnica, verifica-se que, para a validação da comprovação dos requisitos de qualificação técnica dos itens: 9.6.7.5.14, 9.6.7.5.15, 9.6.7.5.16, 9.6.7.5.18, 9.6.7.5.22, 9.6.7.5.26 e 9.6.7.5.31 do Termo de Referência, torna-se necessária a realização de diligências, conforme indicado na tabela do item 5.3 desta Nota Técnica."

Com efeito, solicito manifestação da licitante a qual deverá apresentar manifestação a ser enviada até 18:00 do dia 09 de setembro de 2025.

Caso seja necessário a prorrogação do prazo para a resposta do pedido de diligência, poderá ser solicitado a dilação ao pregoeiro, por e-mail.

Certos da compreensão, aguardamos retorno na maior brevidade possível.

Atenciosamente,"

10.21. No dia 10/09/2025, as 10:00 horas, o pregoeiro abriu a sessão pública e solicitou o envio da resposta ao pedido de diligência nº 01. A licitante pediu a dilação do prazo pelo interregno de 2 (duas) horas para o envio, ocasião em que foi concedido pelo pregoeiro, segundo consta do Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (33059213):

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	MENSAGEM	PÁGINA
Pelo participante 05.510.654/0004-21	10/09/2025 às 11:33:40	Prezado Pregoeiro, considerando o número de itens a serem respondido em sede de diligência. Ainda que estejamos finalizando as respostas, solicito, por gentileza, dilação de prazo para as respostas até às 14hs, do dia de hoje, 10/09/2025.	10

Sistema	10/09/2025 às 11:39:28	Prezado Licitante, o prazo será concedido conforme a solicitação. Assim será reaberto o prazo para o envio da resposta ao pedido de diligência nº 01 até as 14:00 horas do dia 10 de setembro de 2025.	4
Sistema	10/09/2025 às 12:20:16	Prezados Licitantes, foi concedido dilação de prazo para o envio da resposta ao pedido de diligência. Assim, foi reaberto o prazo para o envio da resposta ao pedido de diligência nº 01 até as 14:17 horas do dia 10 de setembro de 2025. Desse modo, Retornaremos ao final do prazo de 2 horas, as ou logo após a licitante anexar os documentos no sistema, para que possamos registrar os próximos atos do Pregão Eletrônico nº 90012/2025.	4

10.22. No prazo estabelecido, a empresa juntou, no sistema, a Resposta ao Pedido de Diligência nº 01 (32982898) e (32983170).

10.23. Como se pode colher dos documentos apresentados, mormente no que tange aos documentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, foram inseridos os arquivos contendo o Contrato Administrativo nº 026/2021 e anexo, assinado em 26/04/2021, o E-mail relatado pela recorrente na peça recursal, página 7, a publicação no Diário Oficial da União, datado de 27 de abril de 2021, com o Extrato do Contrato e Documento emitido pelo TJDF, sendo esse último assim transcrito e assinado digitalmente em 10/09/2025:

Processo SEI 0034422/2025

Ao NUACTION,

Em atenção ao aspecto técnico do pedido, informamos que este TJDF possui um sistema de redes do tipo GPON composto de uma OLT e 143 ONUs instalados no Complexo de Armazenamento no SIA trecho 17. A contratada Positivo S+ Soluções em TI S.A. atua na administração e gerenciamento de toda a citada solução, realizando configurações de todo o sistema e instalação de ONUs sob demanda.

Desta forma, concordamos com o teor do atestado de capacidade técnica solicitado.

NUREDE, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.

Documento assinado eletronicamente por Gabriela Galvao Silveira Mello Ferrari, Supervisor(a) Substituto(a), em 10/09/2025, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

10.24. Ao seu turno, o setor competente, de posse dos documentos, construiu a Nota Técnica nº 35/2025 (32983211) solicitando diligência adicional, consoante revela o item 5.7 da nota:

5.7. Assim, salvo a possibilidade de complementação das informações em sede de diligência adicional, conclui-se que a licitante não atendeu aos requisitos de habilitação técnica previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), especificamente no que se refere aos itens 9.6.7.5.16 e 9.6.7.5.31.

10.25. A toda evidências, o pregoeiro empreendeu ao Pedido de Diligência nº 02 (33020198). A licitante enviou a resposta ao pedido de diligência com os seguintes documentos: Resposta ao Pedido de diligência nº 02 (33020198), Documentos Resposta ao Pedido de diligência nº 02 (33020216), no sistema, e, enviou no E-mail do MJSP, o E-mail (33020269) e o Documento do TJDF (33020291).

10.26. Outrossim, destaca-se a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica o qual informa que o Contrato Administrativo nº 06/2021, resultante do Pregão Eletrônico nº 19/2020, tem vigência contratual de 27/04/2021 a 27/04/2026, em que pese não haver assinatura.

10.27. Ciente disso, com relação aos Documentos apresentados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, e nas Respostas aos Pedidos de Diligências, para o atendimento do item 9.6.7.5.16 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, o setor requisitante fez uma análise detida e detalhada com imagens, conforme corrobora a Nota Técnica nº 36/2025 (33020651), parágrafos 4.3.1 a 4.3.1.7, inclusive colacionando aos autos o Processo Administrativo do TJDF (33040507).

10.28. Desta feita, os documentos citados, algures, constam do [Processo Administrativo SEI 0034422/2025 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF](#), (33316085), pág. 7, do qual é possível ter acesso externo ao SEI do TJDF, sendo possível verificar a plena execução dos serviços, nos termos do manifesto do Servidor Público do TJDF, abaixo relatado:

À SEMA,

Trata-se de solicitação da empresa POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A., registrada no e-mail 4662645, para emissão de Atestado de Capacidade Técnica relativo ao Contrato de Prestação de Serviços 026/2021 (1795246).

O Fiscal Técnico do Contrato, por meio do Despacho NUREDE 4663071, informou que este TJDF dispõe de sistema de redes do tipo GPON, composto por uma OLT e 143 ONUs instaladas no Complexo de Armazenamento, no SIA Trecho 17. Ressaltou, ainda, que a contratada é responsável pela administração e gerenciamento da solução, realizando as configurações necessárias em todo o sistema, bem como a instalação de ONUs sob demanda, manifestando, assim, concordância com o teor do Atestado de Capacidade Técnica solicitado, conforme Modelo 4662647.

Diante do exposto e considerando as informações apresentadas, encaminhamos o presente para análise e emissão do referido Atestado de Capacidade Técnica. NUACTION, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.

Documento assinado eletronicamente por Sérgio Ronald Bezerra Da Silva, Supervisor(a), em 10/09/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

10.29. Nesse ponto, faz-se necessário realizar uma digressão sobre as exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668), no aspecto da qualificação técnica, que, nesse pormenor, exigiu a apresentação de Declaração ou Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, por período não inferior a 12 (doze) meses, conforme o texto editalício:

9.6.7.5 A licitante deverá apresentar **Declaração ou Atestado de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou tem prestado, satisfatoriamente, **por período não inferior a 12**

(doze) meses, serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), para os seguintes itens: (sem grifo no original)

(...)

9.6.7.5.16 Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprovem experiência na administração e gerenciamento de redes do tipo GPON;

(...)

10.30. Malgrado, o Atestado de Capacidade Técnica, não assinado a época dos fatos, apresentado pela licitante, no bojo da Resposta ao Pedido de Diligência nº 02 (33020216), assinado digitalmente, no dia 17/09/2025, no Processo Administrativo do TJDF - SEI 0034422/2025, pelas Servidoras do TJDF, SEI (33316085) - Pág. 13 e 14, teve o desiderato de comprovar as informações já apresentadas anteriormente. O referido atestado trouxe somente de qual contrato administrativo estava vinculado, os termos aditivos, reajustes, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2020, vigência contratual de 27/04/2021 a 27/04/2026 e, por fim, o valor da contratação. Ressalta-se que não houve qualquer menção a prestação do serviço especificado no item 9.6.7.5.16.

10.31. Peremptoriamente, nesse descortino, o Atestado de Capacidade Técnico-Operacional do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, confirmou a informação do dia 10 de setembro de 2025, página 2 do Processo Administrativo do TJDF - SEI (33316085) - Pág. 2, qual seja: Contrato: 026/2021, Vigência: 04/2024 até a presente data, e comprovou que o contrato tem mais de 12 (doze) meses, atendendo, assim, a exigência do Item 9.6.7.5 do Termo de Referência.

10.32. Não obstante, o documento não está assinado, mas é possível verificar, no site do Tribunal, que se trata de servidor de carreira do TJDF, atuante no setor de Tecnologia da Informação, conforme a [Portaria SEG 31 de 08 de janeiro de 2025](#), disponível no Site do Órgão. Assim, seguiu o teor do documento:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, inscrito no CNPJ: 00.531.954/0001-20 e sediada na Praça Municipal, lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, declara a pedido da interessada, que mantém com a Empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, inscrita no CNPJ: nº 05.510.654/0004-21, Situação no SBS Q. 02 Bloco "Q" 4º Andar, Edifício João Carlos Saad, contrato de prestação de serviços de Tecnologia da Informação, com as Características abaixo relacionadas:

Contrato: 026/2021

Vigência: 04/2024 até a presente data.

Processo Administrativo Nº: PA 0024494/2018-SEI

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços de Tecnologia da Informação (Service Desk) das demandas de microinformática, nos termos do edital, deste contrato e dos seus anexos.

Prestação de serviços de Administração e gerenciamento de redes do tipo GPON utilizando 1 OLT e 100 ONUs; Brasília/DF, 10 de setembro de 2025

Raymundo Avelino Aben-Athar

Técnico Judiciário - SUGIT

(...)

10.33. De outra banda, deveras, as declarações emitidas pelos Servidores Públicos do TJDF foram fundamentais para demonstrar a execução dos serviços com relação a experiência na administração e gerenciamento de redes do tipo GPON, segundo exigência da subitem 9.6.7.5.16 do Edital.

10.34. Alinhavando nessa toada, não assiste razão a recorrente em sua manifestação recursal, uma vez que restou demonstrado a devida expertise e qualificação técnica da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21 na prestação dos serviços de experiência na administração e gerenciamento de redes do tipo GPON, em atendimento a exigência do Edital, e que se cuida de situação consolidada e preexistentes à abertura da sessão pública.

10.35. **Dos Atestados de Capacidade Técnica da ENGESET, da PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A e da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO:**

10.36. Obrando, com as escusas de estilo, em palmar equivocidade a recorrente relata sobre a insuficiência da Documentação Apresentada na fase da habilitação e, para tanto, cita os Atestados de Capacidade Técnico da ENGESET, da PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A e o da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

10.37. Tal manifestação, carreada nas razões de recurso, não prospera, posto que tais atestados não foram considerados pelo setor demandante.

10.38. Delineado esse quadro, o Atestado da PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A, foi analisado na Nota Técnica 31/2025 (32883270), e não foi aceito como atestado de capacidade técnica válido para nenhum dos itens de qualificação técnica exigidos no Termo de Referência. Outrossim, a mesma situação ocorreu com o Atestado da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e, ademais, a não aceitação foi reforçada na Nota Técnica 35/2025 (32983211), por diversas vezes no documento.

10.39. De igual modo, o Atestado da ENGESET não foi considerado, conforme a Nota Técnica 35/2025 (32983211), no parágrafo 4.3.3.2 referente a análise do item 9.6.7.16 do Termo de Referência.

10.40. Decerto que não faz qualquer sentido a manifestação da recorrente incrustada em suas razões recursais.

10.41. Da reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social

10.42. Com relação a reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) está prevista na legislação brasileira, especialmente na Lei nº 8.213/1991 e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 93, estabelece que empresas com 100 ou mais empregados devem preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência. Esse percentual varia de acordo com o número de funcionários: de 100 a 200 empregados: 2%; de 201 a 500 empregados: 3%; de 501 a 1.000 empregados: 4%; mais de 1.001 empregados: 5%.

10.43. O § 2º do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 estabelece que:

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.

10.44. Ciente disso, o pregoeiro, com base na cláusula 6.1 do Edital, juntou ao processo as declarações das licitantes (32871582) e o SICAF e Certidões - POSITIVO S+ (32873279), comprovado a aptidão da empresa para análise dos documentos apresentados no dia da convocação da licitante POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21, a saber: 02/09/2025, conforme demonstra a Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (33059213), pág. 3.

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	MENSAGEM	PÁGINA
Sistema	02/09/2025 às 10:10:13	Desse modo, será convocada a POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004- 21, para o envio no sistema da proposta comercial, ajustada ao seu último lance do sistema, e os documentos de habilitação para o grupo 1.	3

10.45. Dessa forma, a Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (32873279), informava que a licitante empregava pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, nos termos verificado pelo pregoeiro e juntado aos autos, no dia 02/09/2025, às 11:33:45, para tanto, a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação: QW97GktFPKRamfH

10.46. Ocorre que após a habilitação, em sede de recurso, a recorrente apresentou Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, datada do dia 20/09/2025 (sábado), às 17:46:56, informando a alteração da situação da recorrida que passou de Igual para Inferior - Recurso - CENTRAL IT (33113996) pág 20.

10.47. Haja vista essa situação, o pregoeiro efetuou o Pedido de Diligência nº 03 (33272712) a licitante para verificar se haveria providência de anulação ou a suspensão da certidão para poder prosseguir no certame. A licitante enviou a resposta (33272873) e (33272873), informando sobre a existência de uma Ação Civil Pública (que tramitou em sigilo ou segredo de justiça) tratando justamente da reserva de vaga para pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social.

10.48. Tal situação foi levada a conhecimento da Consultoria Jurídica, tendo em vista o sigilo da ação judicial (a qual contém nomes de partes, documentos pessoais e depoimentos de testemunhas) a solicitação de análise jurídica foi enviada por meio do e-mail institucional ao consultor da Advocacia Geral da União atuante no Ministério da Justiça e Segurança Pública para manifestação.

10.49. No que se refere a Ação Judicial o Consultor entendeu ser irrelevante a demanda judicial e sem força para ilidir a certidão do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.50. Em outro giro, o parecerista entendeu que a mudança da situação da empresa após a habilitação não configura desobediência ao normativo legal, consoante o registrado:

(...)

"Tomar como razão para inabilitação o descumprimento superveniente da reserva legal significaria antecipar para a fase licitatória a obrigação contratual de cumprimento da reserva legal, o que representaria uma restrição à competitividade desnecessária e, portanto, indevida, já que nem a lei, nem o objeto contratado exigem a comprovação do cumprimento da reserva legal de vagas também "ao longo de todo o procedimento licitatório".

Por essas razões, entende-se ser pouco relevante a mudança superveniente na situação da licitante quanto à sua declaração de cumprimento da reserva de PCD desde que, no momento da apresentação da declaração de que trata o art. 63, inciso IV (ou, de qualquer modo, no momento da habilitação), a reserva seja obedecida e, portanto, a declaração seja verdadeira."

(...)

10.51. Não obstante, o Consultor foi cauteloso ao prescrever a necessidade do cumprimento da reserva de vaga quando da contratação:

Em tempo: deve-se alertar de forma enfática à licitante, se for o caso, sobre a necessidade de comprovar o cumprimento da reserva legal de vagas caso logre ela vitoriosa no certame e firme contrato. Tal comprovação não poderá se limitar à mera referência a uma decisão judicial. Ou a decisão judicial traz comando dirigido ao MJSP indicando a obrigação de se desconsiderar a certidão do MTE, ou a decisão produz efeitos junto ao MTE ao ponto de que as certidões futuras venham favoráveis. A Administração Contratante não é o fórum adequado para se argumentar ou se pugnar a desconsideração de certidão emitida em outro órgão.

10.52. Por fim, segundo ficou consignado na Nota Técnica nº 86/2025 (32893938) habilitação da licitante, a recorrida reunia todas as condições necessárias para habilitação no certame, perfazendo, assim, um ato jurídico perfeito, conforme corolário do artigo nº 62 e 63 da Lei 14.133/2021, desta feita, consoante o entendimento exarado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública não há motivo para desclassificação da recorrida.

11. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

11.1. Em análise das razões recursais, das contrarrazões, do posicionamento do setor técnico, bem como dos requisitos do edital, da legislação vigente, do posicionamento da Consultoria Jurídica do MJSP, dos Órgãos de Controle e dos princípios administrativos, verifica-se que não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedora a empresa **POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A**, CNPJ nº 05.510.654/0004-21.

11.2. Diante do exposto, **CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, uma vez que presente os pressupostos e requisitos de admissibilidade, e **NO MÉRITO**, com lastro nos posicionamentos levantados, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** dos pedidos do recurso administrativo interposto pela licitante **CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A** - CNPJ: 07.171.299/0001-96, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90012/2025.

11.3. Todos os documentos estão disponibilizados no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no seguinte link eletrônico: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/licitacoes/uasg-200005/pregoes/2025/pregao-eletronico-ndeg-90012-2025>

11.4. Portanto, remeto os autos à autoridade superior para proferir sua decisão, nos termos do art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

11.5. É como decido.



Documento assinado eletronicamente por **HALISSON LUCIANO CHAVES AYRES DA FONSECA, Pregoeiro(a)**, em 09/10/2025, às 13:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33166185** e o código CRC **AF53D238**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.